



Publicado no DOM/ DM  
Em 23 / 05 / 2018

## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo  
CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239  
[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)  
[comunicacao@domingosmartins.es.gov.br](mailto:comunicacao@domingosmartins.es.gov.br) - [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

### DECRETO NORMATIVO N.º 3.218/2018

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 006/2018 – VERSÃO 01, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS N.º 8.666/93, N.º 10.520/2002 E N.º 4.320/64, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando as exigências contidas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal; no parágrafo único do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual; Lei Municipal N.º 2.391/2012; e nos termos da Resolução N.º 227/2011, alterada pela Resolução N.º 257/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovada a **Instrução Normativa do SFI – Sistema Financeiro n.º 006/2018, versão 01**, que segue anexa como parte integrante do presente Decreto.

*Parágrafo Único* - A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionadas a **Ordem Cronológica de Pagamentos**, regidas pelas Lei Federais n.º 8.666/93, n.º 10.520/2002 e n.º 4.320/64, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.

**Art. 2º** Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Administrativas.

**Art. 3º** Caberá à Unidade Central de Controle Interno - UCCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Domingos Martins – ES, 14 de maio de 2018.

  
**WANZETE KRÜGER**  
Prefeito



## *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo  
CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239  
[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)  
[comunicacao@domingosmartins.es.gov.br](mailto:comunicacao@domingosmartins.es.gov.br) - [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI – SISTEMA FINANCEIRO Nº 006/2018**

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93, Nº 10.520/2002 E Nº 4.320/64, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**VERSÃO:** 01

**DATA DE APROVAÇÃO:** 14/05/2018

**ATO DE APROVAÇÃO:** Decreto Normativo nº 3.218/2018

**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Secretaria Municipal da Fazenda

#### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º.** Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e orientações gerais para a implementação e adequação da estrutura de controles administrativos relacionados a **Ordem Cronológica de Pagamentos**, regidas pelas Lei Federais nº 8.666/93, nº 10.520/2002 e nº 4.320/64, no âmbito do Poder Executivo do município de Domingos Martins.

#### **CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º.** Abrange todas as Secretarias Municipais, no âmbito do Poder Executivo Municipal do Município de Domingos Martins.

#### **CAPÍTULO III DA BASE LEGAL**

**Art. 3º.** A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações e normas:

- a) Lei Federal nº 4.320/1964;
- b) Lei Federal nº 8.666/1993;
- c) Lei Federal nº 10.520/2002;
- d) Lei Federal nº 12.527/2011;
- e) Instrução Normativa MPOG nº 2/2016;
- f) Constituição Federal de 1988.

## **CAPÍTULO IV DOS CONCEITOS**

**Art. 4º.** Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

**I – Liquidação** – liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

**II – Ordem Cronológica de Pagamentos** – conjunto de procedimentos que abrangem os controles de administração financeira, contabilidade, aquisições e gestão de contratos e atividades correlacionadas, com o objetivo de assegurar que as obrigações financeiras relativas a fornecedores sejam pagas em ordem cronológica em observância as legislações vigentes;

**III – Obrigação financeira** – toda obrigação de pagamento relativa ao fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, assumida em função de contrato ou qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e fornecedores, seja qual for a denominação utilizada, regidos pela Lei federal nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 4.320/196464;

**IV – Pagamento** – É o último estágio da realização da despesa. Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa;

**V - Serviços** – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnicos e profissionais;

**VI - Obras** – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

**VII – Fornecimento de bens** – toda aquisição remunerada de bens para entrega de uma só vez ou parceladamente;

**VIII – Locações** – contrato pelo qual uma das partes (locador) se obriga a ceder à outra (locatário), por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.

**IX – Fatura** – é o documento emitido com o intuito de documentar, para fins fiscais, circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes.

## **CAPÍTULO V DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

**Art. 5º.** O pagamento das despesas orçamentárias deverá respeitar a ordem cronológica e





os prazos definidos nesta Instrução Normativa dispostos separadamente por Unidade Gestora e subdivida nas seguintes categorias:

I – fornecimento de bens;

II – locações;

III- prestação de serviços;ou

IV- realização de obras;

§ 1º. Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (R\$ 8.000,00), observado o disposto no seu §1º, serão ordenados separadamente, em lista especial de **pequenos credores**.

**Art. 6º.** A **Ordem Cronológica de Pagamentos** terá como **marco inicial**, para efeito de inclusão do crédito na sequência, a **data da efetiva liquidação contábil**.

§ 1º. Considerar-se-á ocorrida a efetiva liquidação contábil, quando a mesma for lançada no Sistema pela Gerência de Contabilidade, após a recepção do processo de pagamento devidamente instruído neste setor, com a devida indicação do recebimento regular do material ou serviço pelo Fiscal por meio do ateste da Fatura correspondente.

**Art. 7º.** O pagamento da obrigação deverá obedecer a Ordem Cronológica, e ocorrer preferencialmente em até 30 dias contados do recebimento da fatura, ou no prazo estabelecido no contrato.

§ 1º. Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo previsto neste artigo será suspenso até a sua regularização, mediante prévia justificativa no processo.

§ 2º. Regularizada a situação do contratado, este será reposicionado na ordem cronológica de acordo com o prazo de pagamento remanescente, estabelecido no caput deste artigo.

§ 3º. É vedado o pagamento parcial do crédito, devendo os recursos disponíveis serem utilizados para solver a fatura que esteja na ordem de classificação, por completo, exceto se não houver disponibilidade financeira, a qual determinará a permanência do saldo remanescente na mesma ordem de classificação.

**Art. 8º.** A quebra da ordem cronológica de pagamento somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – decisão judicial;

III – relevantes razões de interesse público;

IV – ausência de recursos na fonte de receita indicada para suprir a despesa.

**§ 1º.** Todas as situações previstas nos incisos anteriores devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente e anexadas a lista que expõe a ordem cronológica de pagamentos, quando de sua publicação em meios oficiais de divulgação de informações públicas.

## **CAPÍTULO VI DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

**Art. 9º.** A divulgação da lista referente a ordem cronológica de pagamentos, a qualquer tempo, conterá, no mínimo:

- I** – grupo de fonte de recurso;
- II** – código de especificação das fontes de recursos;
- III** – categoria de contratos;
- IV** – data do documento da liquidação;
- V** – nome e CPF/ CNPJ do credor;
- VI** – valor;
- VII** – informação acerca de eventual quebra da ordem cronológica, e sua justificativa;
- VIII** – prazo e motivo da suspensão temporária dos pagamentos constantes na lista, quando houver;

**Art. 10.** Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Lei nº 12.527/2011, o órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica no Portal da Transparência da Prefeitura de Domingos Martins, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11.** Não se sujeitarão a esta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

- I** – suprimimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320/1964;
- II** – remuneração e outras verbas devidas a agente públicos, inclusive as de natureza indenizatória;
- III** – concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel;
- IV** – obrigações tributárias;



**V** – necessários para dar cumprimento à ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas e taxas de entidades governamentais;

**VI** – repasses às organizações da sociedade civil ou subvenções sociais e econômicas;

**VII** – transferências que se fundamentem no art. 26 da LC nº 101/2000;

**VIII** – devolução de tributos municipais;

**IX** – devoluções de transferências voluntárias;

**X** – Repasses ao Poder Legislativo, Regime Próprio de Previdência Social, ou entidades da administração indireta;

**XI** – Pessoal e Encargos.

**Art. 12.** Os titulares integrantes da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa .

**Art. 13.** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 14.** À Controladoria competirá o acompanhamento e a fiscalização da realização dos pagamentos em obediência a ordem cronológica estabelecida, bem como orientar e propor melhorias ao procedimentos adotados no âmbito da execução orçamentária e financeira da Prefeitura.

**Art. 15.** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins – ES; 14 de maio de 2018.

  
**WANZETE KRUGER**  
Prefeito Municipal

  
**MÁRCIA D'ASSUMPÇÃO**  
Controladora Interna

  
**FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO**  
Secretária Municipal da Fazenda



**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Dispensa de Licitação abaixo descrita, fundamentada no artigo 24, inciso XVII da Lei 8666/93:

PROCESSO Nº 3094/2018

DISPENSA Nº 052/2018

Nome do Credor: contaauto continente automóveis ltda  
cnpj: 27.024.819/0002-26

Objeto: Aquisição de peças e produtos, por ocasião da revisão dentro da garantia, do veículo Placa PPW 4249, que atende a Secretaria Municipal de Interior e Transportes.

Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias após recebimento da Ordem de Compras, expedida pela Gerência de Compras, desta Prefeitura.

Valor Total: R\$ 649,34 (seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Domingos Martins – ES, 22 de maio de 2018.

Wanzete Krüger

Prefeito

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2018**

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no artigo 24, Inc. XVII da Lei Federal nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3095/2018

Nome do Credor: contaauto continente automóveis ltda  
cnpj: 27.024.819/0002-26

Objeto: Aquisição de peças e produtos, por ocasião da revisão dentro da garantia, do veículo Placa PPV 9097, que atende a Secretaria Municipal de Interior e Transportes.

Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias após recebimento da Ordem de Compras, expedida pela Gerência de Compras, desta Prefeitura.

Valor Total: R\$ 649,34 (seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Domingos Martins – ES, 22 de maio de 2018.

Wanzete Krüger

Prefeito

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a Dispensa de Licitação abaixo descrita, fundamentada no artigo 24, inciso XVII da Lei 8666/93:

PROCESSO Nº 3095/2018

DISPENSA Nº 053/2018

Nome do Credor: contaauto continente automóveis ltda  
cnpj: 27.024.819/0002-26

Objeto: Aquisição de peças e produtos, por ocasião da revisão dentro da garantia, do veículo Placa PPV 9097, que

atende a Secretaria Municipal de Interior e Transportes.

Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias após recebimento da Ordem de Compras, expedida pela Gerência de Compras, desta Prefeitura.

Valor Total: R\$ 649,34 (seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Domingos Martins – ES, 22 de maio de 2018.

Wanzete Krüger

Prefeito

**DECRETO DE PESSOAL Nº 279/2018**

Publicação Nº 136624

Publicação de Decreto de Pessoal

279 – 22/5/2018 – AUTORIZA RETORNO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, ELIZANDRO BELSHOFF AO EXERCÍCIO DO CARGO DE OPERADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS II – MOTORISTA.

Domingos Martins – ES,

22 de maio de 2018.

**DECRETO NORMATIVO Nº 3218 - 2018**

Publicação Nº 136473

Publicação de Decreto Normativo

3.218– 14/05/2018 – APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº006/2018 – VERSÃO 01, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº8.666/93, Nº10.520/2002 E Nº4.320/64, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Domingos Martins – ES,

22 de maio de 2018.

**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 0026 - 2018 E PREGÃO 0027- 2018**

Publicação Nº 136479

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, HOMOLOGA

Pregão Presencial nº 0026/2018

Objeto: Fornecimento de mudas de plantas diversas destinadas ao embelezamento das praças, parques e jardins de todo o Município de Domingos Martins para o exercício de 2018.